



O Dicionário pueril para uso dos meninos (1784) do pernambucano Luís Álvares Pinto (1719-1789)

Susana Fontes*, Rolf Kemmler e Sónia Coelho

Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Apartado 1013, 5000-801, Vila Real, Portugal. *Autor para correspondência. E-mail: sfontes@utad.pt

RESUMO. O raríssimo opúsculo intitulado *Dicionário pueril para uso dos meninos, ou dos que principião o A B C, e a soletrar dicções* faz parte do elevado número de manuais metalinguísticos que foram impressos na cidade de Pernambuco pelo impressor Francisco Luís Ameno (1713-1793). Na folha de rosto, o autor identifica-se como ‘Luiz Alvares Pinto, Natural da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco’. Apesar de uma contestação oitocentista da autoria, parece não restar dúvidas de que se trata do ‘mulato, músico, mestre-de-capela e pedagogo’ pernambucano, conhecido no seu país de origem como Luís Alves Pinto (1719-1789). O *Dicionário pueril* não é, na verdade, um dicionário propriamente dito, mas, sim, um manual escolar que se dedica nomeadamente a questões de ortoépia e de ortografia, prometendo achegas sobre as ideias de um linguista com ideias normativas que manifesta ter consciência das divergências variacionais na língua portuguesa.

Palavras-chave: tratado metalinguístico, século XVIII, variação linguística.

The Dicionário pueril para uso dos meninos (1784) of the Pernambucan Luís Álvares Pinto (1719-1789)

ABSTRACT. The rare booklet *Dicionário pueril para uso dos meninos, ou dos que principião o A B C, e a soletrar dicções* belongs to the considerable number of metalinguistic manuals that were published in the city of Pernambuco by the printer Francisco Luís Ameno (1713-1793). On its title page, the author identifies himself as ‘Luiz Alvares Pinto, born in the city of S. Antonio do Recife de Pernambuco’. Although there is a nineteenth century contestation of the authorship, there seems to be no doubt that the author is identical with the Pernambucan ‘Mulatto, musician, chapel-master and teacher’ who is known in his country of origin as Luís Alves Pinto (1719-1789). The *Dicionário pueril* is not actually an exact dictionary, it is instead, a school manual addressed to matters of correct pronunciation and spelling, promising an outlook on the ideas of a linguist with normative ideas that manifest conscience of the differences in the Portuguese language.

Keywords: metalinguistic agreement, eighteenth century, linguistic variation.

Introdução

Publicado em Lisboa, em 1784, o opúsculo intitulado *Dicionário pueril para uso dos meninos, ou dos que principião o A B C, e a soletrar dicções* é um dos manuais metalinguísticos de língua portuguesa mais curiosos do século das Luzes. A ausência de uma macro e microestrutura típicas daquele gênero textual metalinguístico leva-nos a considerar que o *Dicionário pueril* dificilmente poderá ser considerado um dicionário propriamente dito (apesar de aparecer na listagem oferecida por Verdelho (2008)), mas, sim, um manual escolar setecentista que se dedica, sobretudo, a questões de ortoépia e de ortografia.

Não obstante a pouca envergadura da obra, julgamos que cabe importância a esse manual escolar quase esquecido, pois promete achegas nunca antes

estudadas sobre as concepções ortoépicas e ortográficas de um linguista com ideias normativas que manifesta ter consciência das divergências variacionais na língua portuguesa em Portugal e no Brasil. De seguida, abordaremos alguns aspectos da obra, apresentando vários trechos que nos permitirão tirar conclusões sobre a natureza do *Dicionário pueril* como obra metalinguística.

Luís Álv(ar)es Pinto e a autoria do *Dicionário pueril*

Na folha de rosto do seu opúsculo, o nosso autor identifica-se como ‘Luiz Alvares Pinto, Natural da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco’. Essa atribuição explícita permite a identificação do autor com o ‘mulato, músico, mestre-de-capela e pedagogo’ pernambucano que, no Brasil, é

conhecido como Luís Álvares Pinto ou Luís Alves Pinto (1719-1789).

A questão relativa à verdadeira composição do nome foi discutida por Jaime Cavalcanti Diniz (1968), cujo estudo minucioso de várias fontes permitiu o afastamento da leitura errada 'Alves Pinto' que fora perpetuada por Costa (1882) e outros biógrafos pernambucanos, dando preferência à versão 'Álvares Pinto'¹. Com efeito, os apelidos 'Álvares Pinto' correspondem aos que se encontram quer no opúsculo publicado, quer nos exemplares autografados da *Arte de solfejar* (1761) e *Muzico e Moderno systema para solfejar sem confusão* (1776), cujos frontispícios, assinados como 'Luiz Alvares Pinto', podemos ver reproduzidos em Röhl (2013). Convém, no entanto, notar que ainda há investigadores brasileiros que insistem em seguir a leitura incorreta de Costa (1882), ao referir-se ao autor como 'Luiz Alves Pinto', como podemos observar, entre outros estudos, em Pereira (2009) e Pereira e Almeida (2012).

Por existir um esboço biográfico bastante completo sobre a vida de Luís Álvares Pinto (Diniz, 1968), recorreremos apenas à referência biográfica mais antiga daquele autor, elaborada pelo biógrafo setecentista italiano José Mazza (fl. 1771-1797), que nos oferece as seguintes informações sobre o músico:

Luís Alvares Pinto natural de Pranambugo homem pardo, excelente Poeta Portuguez e Latino, m.¹⁰ inteligente na Lingua Francesa, e Italiana; acompanhava muito bem rabecão, viola, rabeca veio a Lx.^a aprender contraponto com o sebre Henrique da Silva, tem composto infinitas obras com muito aserto principalmt.^c Eccelesiasticas; compos ultimato humas exequias á morte do Senhor Rey D. José o I a quatro coros, e ainda em composições profanas tem escrito com muito aserto (Mazza, 1944-1945, p. 33).

O biógrafo identifica o nosso autor como oriundo de Pernambuco (sem, aliás, fornecer mais detalhes sobre a naturalidade), referindo de forma marginal que Pinto era de raça mestiça². Para além de mencionar que terá estudado em Lisboa com Henrique da Silva Negrão, compositor e organista da Sé de Lisboa, o biógrafo atesta-lhe sólidos conhecimentos de português e latim, bem como de francês e italiano, que eram as línguas estrangeiras modernas com mais importância na música europeia (e colonial) setecentista.

Natural do Recife, na então província de Pernambuco, Luís Álvares Pinto teve um percurso de vida bastante diversificado. Tendo estudado música em Portugal depois da aprendizagem das primeiras letras no Recife, foi o principal promotor da música erudita pernambucana no século XVIII. Para além da profissão de compositor e músico, Pinto foi também oficial num regimento miliciano de mulatos e professor de primeiras letras no Brasil colonial. cremos que terá sido precisamente no âmbito do desempenho dessa última atividade que Pinto terá elaborado a obra que nos interessa no presente âmbito³.

No atinente à autoria do *Diccionario pueril*, o bibliógrafo português Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) constata o seguinte na entrada relativa a Pinto:

217) Diccionario pueril para o uso dos meninos, ou dos que principiam o A B C, e a soletrar dicções, Lisboa, na Offic. de Francisco Luis Ameno 1784. 8.º de VIII-74 pag.

Se devemos estar pela declaração do auctor do *Opusculo sobre Orthografia dividida em serões de inverno* (Vej. no suplemento ao *Diccionario* [sic!] o artigo *Antonio José Vaz Velho*), o *Diccionario pueril* aqui descripto foi obra de D. Joaquim de Azevedo, abade de Sedavim, e não d'aquelle em cujo nome se imprimiu. O que em verdade seja, não o saberei dizer; nem tão pouco me considero auctorizado a jurar sob as palavras do auctor dos *Sermões*, que aliás se mostra tão pouco instruido d'estas cousas, que chega a imaginar a *Grammatica* de Lobato só impressa por primeira vez em 1816, e teve para si que o supposto P. Caetano Maldonado da Gama era o verdadeiro auctor das *Regras da Lingua Portugueza*, impressas sob esse nome em primeira edição, mas realmente obra de D. Jeronymo Contador de Argote, como se vê do artigo competente no tomo III d'este *Diccionario*, etc. Quem incorre em erros tão palpaveis, como póde merecer credito nas suas affirmativas? (Silva, 1860, V, p. 209).

Como vimos, Inocêncio opõe-se fortemente contra o que considera ser uma contestação oitocentista da autoria do *Diccionario pueril*, presente no § 17.º do *Serão 3º: Reflexões sobre orthografia, Numero das letras do abecedário* no estudo de Antonio José Vaz Velho (1771-1860), onde encontramos o seguinte:

O Abade D. Joaquim de Azevedo no seu = *Diccionario Pueril* = impresso em 1784, junto á obra, que trata das Moedas e Dinheiros, impressa em 1788, seguiu o mesmo Abecedario de Souto Maior (Velho, 1856, III, p. 11).

¹ É de notar que, em Portugal, a variante onomástica 'Álvares Pinto' parece ser a mais consensual, como podemos ver, por exemplo, em Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB, s.d., XXI).

² Cf. a definição do lexicógrafo brasileiro António de Moraes Silva (1755-1824): "Pardo, adj. De cor entre branco, e preto, como a do pardal. §. Homem pardo, mulato" (Silva, 1789, II, p. 159).

³ Cf. o artigo do musicólogo Jaime Cavalcanti Diniz (1924-1989). Baseado na obra de Pinto e nos estudos de Diniz, Neves (2014) oferece uma breve síntese biobibliográfica intitulada *Luiz Álvares Pinto: mestiço, fiel e mestre da Capela Real Portuguesa*.

No entanto, não podemos deixar de observar que Velho, no § 18.^o do “Serão 2.^o: Reflexões sobre ortografia, Da definição da letra”, oferece uma identificação certa do autor do *Diccionario pueril*:

Luiz Alvares Pinto sem dizer, o que seja letra em geral no seu = Dicionario Pueril de 1784 a pag. 4 só diz, o que seja letra vogal, e letra consoante; mas não diferem das supracitadas (Velho, 1856, II, p. 9).

Seguindo as pegadas de Inocêncio, cremos ser lícito concluir que será descabido darmos fé a qualquer outra proposta de uma autoria do *Diccionario pueril*, ainda mais porque o autor chega a identificar-se, no rosto do mesmo, de forma clara e inequívoca.

O conteúdo do *Diccionario pueril*

Ao fazer parte do reduzido número de obras metalinguísticas setecentistas dedicadas ao ensino primário, o opúsculo de Pinto (1784) ocupa [VIII], 74, [V] páginas. Merece destaque entre o considerável número de manuais metalinguísticos que foram dados à estampa em Lisboa pelo impressor mirandês Francisco Luís Ameno (1713-1793)⁴.

Depois das oito páginas com os paratextos, o texto propriamente dito do *Diccionario pueril* ocupa um total de 88 parágrafos numerados (p. 1-52; 68-74). Após o parágrafo 77.^o, o autor oferece uma página com o alfabeto (p. 53) e catorze páginas de ‘cartas’ com combinações de sílabas (p. 54-67). O opúsculo termina com um índice de cinco páginas sem numeração (p. [I-V]).

Seguidamente, debruçar-nos-emos sobre algumas ideias linguísticas do autor, que nos revelam já uma clara consciência das divergências variacionais na língua portuguesa.

O português e a sua variação diassistemática

Ao pronunciar-se sobre a valorização do português em face da língua clássica (o latim) e das línguas modernas (o francês e o italiano), Pinto manifesta a sua preocupação e consternação com o estatuto de pouca importância que a língua portuguesa tinha na sociedade do seu tempo:

19 Ora não deicho de reparar naquelle genio affectado, que na nossa Nação se descobre a respeito das estrangeiras. Nós affectamos desentranhar, revolver, e indagar de inscripções, e medalhas, como escrevêraõ os Latinos, para escrevermos imitando-os, já que não sabemos, como elles pronunciaraõ; por

ser lingua morta. Nenhuma diligencia applicamos para sabermos, como escrevêraõ os nossos Portuguezes, para o fazer-mos imitando-os, já que não sabemos, como elles pronunciaraõ; pois se resuscitasse hum Latino, e hum Lusitano, nenhum delles seria por nós entendido: mas com esta singularidade, que se o Latino escrevesse, o entenderiamos, como com effeito o entendemos: porém o Lusitano nem ainda escrevendo será por nós entendido: advertindo mais que he morta a lingua Latina pela irrupção dos Barbaros; a nossa he morta pela nossa mesma irrupção. Que tirannia! Que ingratitude! (Pinto, 1784, p. 12-14).

Pinto critica severamente a realização de estudos que têm por objetivo a reconstrução de uma pronúncia correta do latim com base nos monumentos linguísticos existentes e critica também a preferência dada ao estudo das línguas modernas então em moda, em detrimento de qualquer estudo parecido para a língua materna. Parece-nos evidente a atitude normativa de Pinto, que pretende garantir o cultivo e a divulgação de uma língua portuguesa na sua forma mais correta.

20 Todos nos vangloriamos de saber já a Lingua Latina, já a Franceza, já a Italiana, &c. e nada interessamos para sabermos a nossa. Sim a apuramos (dizem): mas com tal desprezo della, que já a não conhecemos: mas antes illudimos aos nossos Maiores por ignorantes: culpa á nós devida; porque os não sabemos imitar, e menos entender. Felizes os Latinos para com todas as Nações; infelizes os Lusitanos para com os mesmos Lusitanos! (Pinto, 1784, p. 14).

Para o nosso autor, uma das maiores fontes de irritação parece ser a variação diassistemática que identifica em várias partes de Lisboa e a ausência de uma pronúncia padrão. Assim, ele vê como problemática a diversa pronúncia que observa nos bairros lisboetas de Alfama, Bairro Alto e Mocambo⁵, apontando a culpa aos antepassados e aos sábios por estes terem negligenciado o restabelecimento da pronúncia (normal?) histórica.

21 Não, Filhos, não tolero este ingrato proceder, com que se porta a nossa Nação contra a nossa Nação. Fallais a huns poucos oriundos de Roma, e todos tem a mesma pronuncia. Conversais com huns Lisbonenses, e achareis huns com a pronuncia dos de Alfama; outros com a dos do Mocambo; outros com a dos do Bairro alto; e a culpa he a ignorancia dos nossos Maiores, e nós somos os

⁴ Tanto quanto se sabe, parece que somente se conserva um único exemplar, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota L. 644//1 P. A página da Biblioteca Nacional Digital disponibiliza uma digitalização de pouca qualidade (<http://puri.pt/13916>).

⁵ Com denominação vinda da língua umbundo significando ‘aldeia, refúgio’, Mocambo terá sido estabelecido em 1593 como ‘bairro africano’ dos escravos nas imediações do centro de Lisboa (Henriques, 2011), contando, desde os inícios, com população negra e mulata e, mais tarde, também com pessoas cujas atividades estavam relacionadas com o mar. Pertencendo então à extinta freguesia de Santos-o-Velho, o bairro é hoje conhecido como ‘Madragoa’ e pertence à freguesia da Estrela. Para mais informações sobre o bairro de Mocambo / Madragoa (Teixeira, 1990).

sabios, qui vivemos de nossa pronuncia tão esquecidos (Pinto, 1784, p. 14-15).

Nos dois parágrafos seguintes, o nosso autor oferece dois fenômenos que considera típicos devido à decadência da língua portuguesa:

22 Devêramos inquirir, de que modo elles escreveraõ, e imitallos, não deichando amortecer a nossa lingua: mas já que não tem remedio, ao menos assentar-mos, que se elles escrevêraõ, por exemplo: *Caça*, era porque pronunciaraõ o *Ça*, como já não sabemos: porém sempre seria mais forte, que o *Sa*: este he assobiado, como o pronunciaõ os Brasileiros; e o *Ça* com a lingua mais propinqua aos dentes, como pronunciaõ os Lisbonenses. O certo he, que elles levaraõ a lingua Portuguesa ao Brasil (porque a Brasilica he diversissima): e se os Brasileiros assobiaõ o *S*, he porque o ouviraõ, e aprenderaõ dos Portuguezes. Nem me digaõ, que será vicio da mesma lingua Brasilica; porque tenho ouvido a Indios pronunciar a lingua Lisbonense com a mesma perfeição, que elles, por serem os seus primeiros cultores os Lisbonenses (Pinto, 1784, p. 15-16).

No parágrafo 22.º, Pinto manifesta-se sobre a pronúncia do som [s] dentro do substantivo *Caça*, pronunciado ['kassɐ]. Ora, se podemos presumir uma etimologia deverbal de um infinitivo **captiare* do latim coloquial tardio (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* [DLPC], 2001), seria de supor uma evolução *[katsa] dentro do português medieval, sendo de presumir uma forma *[kasa], graças à perda do elemento oclusivo por volta de 1500⁶.

Ainda em inícios do século XVIII, o ortógrafo transmontano João de Moraes Madureira Feijó dá-nos conta da diferença entre o <ç> e o <s>, indicando-lhes diferentes pontos de articulação:

78 Já dissemos, que o *C* como *C* se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronuncia-se com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meyo da bocca; como se percêbe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé*, &c. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaõ do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he tão diversa? Se os sons são diversos, como pôde ser a consonancia a mesma? Demos a cada huma destas letras a diversidade da sua pronunciaõ, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Ça*, *Sé*, ou *Ce*, *Sí*, ou *Ci*, *Só*, ou *Ço*, *Sú*, ou *Çu*. Pronuncia-se *Çapato*, e *Sapato*; *Maça*, e *Massa*; e diga quem não he surdo a diferença, que percebe entre hum, e outro som (Feijó, 1739, p. 36).

⁶ Para uma breve explicação da evolução histórica do sistema das sibilantes [s] e [z], veja-se Kemmler (2001).

Esse fenômeno foi estudado por vários investigadores, dentre os quais destacamos aqui a explicação de Gonçalves (1992, p. 73):

[...] esta diferença é um rasgo arcaizante do sistema das sibilantes que apenas foi conservado dialectalmente. Assim, <Ç> corresponderia a /ts/, isto é, a uma africada pré-dorsodental surda e <S->, <-S> e <-SS-> corresponderiam a /s/, ou seja, a uma fricativa áptico-alveolar igualmente surda.

Curiosamente, Pinto parece identificar uma sibilante áptico-alveolar surda como pronúncia normal brasileira, situação que, na sua ótica, acontece em virtude de terem sido os portugueses a levarem a língua para o Brasil⁷.

23 Se os Portuguezes antigos escrevêraõ por exemplo: *Chapéo*, e não *Xapéo*, era porque pronunciariaõ o *Cha* talvez, como os Italianos pronunciaõ o seu *Ce*, *Ci*, que sã *Tche*, *Tchi*, o que não sabemos mais: isto ainda se sente na pronúncia Portuense, quando dizem *Tchapéo*, *Tchuva*: e se se reputar vicio, delle se não livra a mais culta Nação; nem esta deichará de o ser, ainda que os tenha, com tanto que a escripta seja geral, e não segundo cada hum falla. Tambem nós dizemos em Latim *Agnus*, e os Italianos dizem *Anhus* (e nós já dissemos *Anho* em lugar de *Cordeiro*); e posto que não saibamos, como pronunciavaõ os Latinos, todavia escrevemos *Agnus*, como elles escreveraõ. Ainda hoje dizem *Anho* no Minho (Pinto, 1784, p. 16).

Já no parágrafo 23º (e, aparentemente, sem a consciência de que estava perante um importante fenômeno de mudança linguística), Pinto manifesta consciência da oposição histórica <ch> ~ <x> que acertadamente identifica como /tʃ/ ~ /x/. Uma vez que o início da perda do traço distintivo dessa oposição (isto é, do elemento oclusivo) tem sido datado aproximadamente desde o século XVII⁸, pouco surpreende que Pinto não tenha certeza absoluta quanto à pronúncia histórica⁹. No entanto, ele não hesita em identificar a continuação de /tʃ/ no norte de Portugal, que ainda hoje persiste na Galiza e em algumas zonas do Minho e de Trás-os-Montes.

⁷ Segundo Castilho (1972-1973), observa-se a ausência desse som na sincronia brasileira.

⁸ Para uma breve explicação da evolução histórica do sistema das sibilantes [j] e [ç] com mais referências (Kemmler, 2001).

⁹ Também Feijó reconhecia uma oposição entre esses dois grafemas, circunscrevendo a anulação dessa oposição aos falantes oriundos de Lisboa, como se pode concluir por meio da leitura do seguinte passo:

94 Assim os Latinos, como os Portuguezes usamos do *C* aspirado com *H* adiante; mas com tão diverso som na pronunciaõ, que na dos Latinos sempre sã como *Q*; v. g. *Charitas*, *Charus*, *Cherubinus*, *Chiron*, *Chorus*, *Chumeli*. E na dos Portuguezes nunca sã nem como *C*, nem como *Q*; mas faz hum terceiro som, em que senão percebe como sã, ferindo as vogais seguintes deste modo *Cha*, *Che*, *Chi*, *Cho*, *Chu*: v.g. *Chave*, *Chaminé*, *China*, *Chove*, *Chuva*: cuja pronunciaõ não tem semilhança com outras letras; e só os oriundos de Lisboa a equivocão tanto com o *X*, que a cada palavra trocã huma por outra; porque não só pronunciaõ, mas tambem escrevem, *Xave*, *Xeminé*, *Xina*, *Xóve*, *Xuva*. E a alguns ouvi, que lhe era tão difficulosa a pronunciaõ do *Ch*, que achando-o escripto, o pronunciaõ como *X*; e pelo contrario, onde achã *X*, o pronunciaõ como *Ch* (Feijó, 1739, p. 43).

Lindley Cintra (1925-1991) indica precisamente essa característica como o terceiro traço que permite reconhecer um falante do Norte:

3º a ‘pronúncia do ch como tx ou tch’ – ou, também descrito com mais rigor: a permanência da distinção fonológica em posição inicial de sílaba entre o fonema /ç/, representado pelo grafema ch e o fonema /ʃ/, representado pelo grafema x (Cintra, 1983, p. 143).

É, ‘grosso modo’, na mesma região interamnense que Pinto verifica a persistência de ‘anho’ como derivado de AGNU- latino. Com efeito, a distinção entre várias designações regionais para a ‘cria da ovelha’ foi um dos elementos para o famoso artigo do filólogo e linguista lisboeta Luís Filipe Lindley Cintra, intitulado *Áreas lexicais no território português* (Cintra, 1962). A continuidade (pelo menos, parcial) dessa área lexical foi confirmada numa reavaliação recente de todas as fontes dialetológicas que incluem Portugal, elaborada por Álvarez e Saramago (2012).

Já no âmbito da sua nota de rodapé sobre o ditongo <oi>, Pinto mostra-se indignado perante a variação observada, e manifesta a sua revolta da seguinte maneira:

(20) No Diphthongo *ou* tenho observado circunstancias bem notaveis, e são: que os Lisbonenses em lugar de *Cousa* digaõ *Coisa*, *Oiro*, e o escrevem: dizem porém *Outro*, *Estôutro*. Os Eborenses dizem, e escrevem sempre *Ouro*, *Cousa*, *Outro*, *Estoutro*: Os Insulanos dizem sempre *Coisa*, *Oiro*, *Oitro*, *Estoitro*. Estes Paizes foraõ povoados por Portuguezes, e provavelmente ao menos pelo maior numero de Lisbonenses: nestes vejo a inconstancia, que não descubro naquelles (pois até em cada hum dos bairros de Lisboa são differentes as pronuncias): e hei de dizer, que dos Eborenses, e Insulanos aprenderaõ aquelles vicios? Que injuria! Hei de crer, que aprenderaõ de huns o *Ou*, e dos outros o *Oi*? Que descredito! (Pinto, 1784, p. 42-43).

Esse fenómeno remonta já ao século XIII, tendo em conta exemplos encontrados por Lindley Cintra em documentos dessa centúria:

Encontram-se no *Livro dos Bens de D. João de Portel*: num doc. datado de Óbidos 1252 (a cópia no cartulário é pouco posterior) alternam *courelam* <quadrella com *coyrelam* e noutro, de Évora 1267, aparece *oiutbro* em vez da forma mais corrente *outubro* [...] (Cintra, 1984, p. 175).

Nesse sentido, e tendo por base esses dados, Mattos e Silva (1989, p. 87) conclui que “[...] a variação gráfica se iniciou já no século XIII, mas só lentamente se foi expandindo na documentação escrita ao longo do século XIV”.

No que respeita à variação entre os ditongos decrescentes <oi> ~ <ou> nos exemplos *Coisa*, *Oiro*, *Outro*, *Estôutro*, Pinto observa que, na capital, existem pronúncias divergentes, em face do <ou> meridional (*Ouro*, *Cousa*, *Outro*, *Estôutro*) e <oi> nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (*Oiro*, *Coisa*, *Oitro*, *Estoitro*)¹⁰, o que se constitui como forte motivo de irritação por parte do nosso autor devido à falta de unidade na língua.

Na verdade, a alternância entre esses dois ditongos é um fenómeno que ainda hoje perdura e, de acordo com Lindley Cintra, ambas as formas registram um predomínio diferente de região para região:

Desde já posso indicar, embora de uma maneira vaga, qual a região em que me parece registar-se o predomínio de [oi] ou, para falar mais exactamente, em que são numerosas as zonas em que [oi] é particularmente abundante: essa região é o centro de Portugal, a zona entre Douro e Tejo, isto é, a zona que tem sido atravessada durante os últimos séculos, na direcção este-oeste, e segundo paralelos cada vez mais altos, pela fronteira da monotongação de [ou], hoje já vizinha da linha do Douro. Em contraste com esta zona central, a maior parte do norte de Portugal (parecem exceptuar-se algumas partes de Trás-os-Montes) e a Galiza conservam o ditongo [ou] (a não ser casos em que [oi] é etimológico, quando, como diz Paiva Boléo, o não estendem a estes últimos). A sul do Tejo predomina a monotongação em [o], embora não sejam raras as formas isoladas em [oi] (Cintra, 1983, p. 45).

No respeitante ao fenómeno da monotongação de <ou> para [o]¹¹, verificou-se que esta ocorreu quer em Lisboa, quer no sul de Portugal e nas ilhas, do que resultaram as seguintes pronúncias em português moderno: ‘coisa’ [‘kojzɐ], ‘ouro’ [‘oru], ‘outro’ [‘otru] e ‘estoutro’ [iʃt’otru]. Parece-nos, por isso, que a ira normativa (algo exagerada, claro) que Luís Álvares Pinto dirige a esse tópico poderá ser tanto um reflexo da observação sincrónica da variação diatópica existente, como ainda uma consequência da confusão que resultou do fenómeno diacrónico da monotongação das palavras escritas com <ou>.

¹⁰ Entre outros lugares dentro do seu trabalho, é no seguinte trecho que Dias (2013, p. 68) vai ao encontro da observação histórica de Pinto sobre o ditongo ‘oi’ nos Açores, pois constata que, “[...] ao fazer o levantamento dos dados a partir da base de dados do ALEPG, reparámos que em algumas localidades do arquipélago dos Açores existe a variação *ouvir* ~ *oivir*, *auto* ~ *oito* e *deauto* ~ *dezoito*”.

¹¹ No seu estudo *A variação ou ~ oi em Portugal continental*, Dias (2013) segue Granda Gutiérrez (1960, p. 160), que constata que “[...] en el sur de Portugal, y en la totalidad de los territorios ultramarinos (Açores, Madeira, Brasil, Macau, Malaya, India Portuguesa y dialectos indo-portugueses y cingaleses) la monoptongación de ei, ou en e, o es completa”.

A referência explícita a fontes metalinguísticas do *Diccionario pueril*

No que respeita às fontes metalinguísticas a que o nosso autor se refere explicitamente, estas são relativamente poucas, fazendo-o apenas nas notas de rodapé do seu opúsculo. Deixando de lado as fontes literárias¹², encontramos, entre as fontes metalinguísticas, em primeiro lugar, a seguinte referência com citação latina:

(13) Jacobus Facciolatus. S litera semivocalis est. Nam sonum suum â Vocali auspicatur, & in se ipsam terminat. Ciceronis ætate, paulúmque infra, ut ait Quintilianus lib. 5. cap. 7 fere quoties S litera media Vocalium longarum esset, vel subjecta longis, geminabatur ut Caussa &c. quomodo & ipsam, & Virgilium quoque scripsisse manus eorum docent (Pinto, 1784, p. 23, nota 13).

A referência a Facciolatus leva-nos à edição do dicionário plurilíngue *Septem linguarum Calepinus hoc est Lexicon latinum* do lexicógrafo humanista Ambrogio Calepio (ca. 1435-1511), emendada e ampliada desde 1718 para o seminário episcopal de Pádua pelo latinista italiano Jacopo Facciolati (1682-1769) e o seu colaborador Egidio Forcellini (1688-1768). Com efeito, a citação representa (à exceção de algumas palavras omitidas) o início da entrada ‘De litera S’ em Calepinus (1718, II), evidenciando, assim, que Pinto deve ter tido acesso ao texto de uma das edições patavinas de Calepino, que foi um dos dicionários mais divulgados naquela época.

Na continuação da mesma nota de rodapé, Pinto (1784, p. 24) refere-se a uma afirmação do “[...] Author das Observações sobre a lingua Latina Observ. 6. pag. 75 [...]”. E, na verdade, encontramos a discussão sobre a grafia latina <causa> ~ <caussa> na respectiva página do estudo *Observações sobre a lingua Latina* do oratoriano português António Pereira de Figueiredo (1725-1797) (Figueiredo, 1765).

Estas são as únicas obras às quais Pinto alude explicitamente, encontrando-se referidas mais algumas vezes ao longo das notas dedicadas à descrição do consonantismo português.

O *Diccionario pueril* como obra metalinguística

Ao longo do presente texto, oferecemos citações majoritariamente integrais de uma escolha de parágrafos que constituem o corpo do *Diccionario pueril*. Como já referimos na introdução do presente artigo, Verdelho (2008, p. 100) inclui o opúsculo de

Pinto na sua apresentação dos títulos de “[...] cerca de uma centena de publicações de tipo dicionarístico [...]”.

Com efeito, o opúsculo do nosso autor pernambucano não evidencia qualquer intenção de um estabelecimento de uma microestrutura por meio de verbetes, sendo o único critério de ordenação a anteposição dos números aos respectivos parágrafos. Nada nos leva, portanto, a considerar que a obra possa ser percebida ou mesmo classificada como ‘dicionário’.

Por que, então, a escolha dessa designação pelo autor? Julgamos que a explicação pode ser encontrada no âmbito de uma última *captatio benevolentiae*, quase no fim do opúsculo:

82 Não prometto dar-vos Arte de Grammatica Portugueza, e Orthografia; porque além dos grandes cuidados, que me dá a vossa sustentação, já em mim faltaõ os annos para tratar de materias, que carecem delles. Além disso era preciso fazer em vós experiencia das regras, que estabelecesse para corroborar-me, como o fiz com esta, que vos acabo de ensinar: mas no que vos tenho participado, bastante estímulo dei aos peritos Grammaticos, e Orthographos Portuguezes, para que vos dêem, e a mim nos seus escriptos aquellas necessarias illustrações, que eu não alcanço, e quizera não ignorar (Pinto, 1784, p. 70-71).

Pinto realça que já não está em condições de poder oferecer um trabalho exaustivo no sentido das obras metalinguísticas mais convencionais, mas espera que o seu opúsculo possa servir como estímulo de futuras obras. Parece-nos, portanto, que o autor, ao querer evitar termos específicos como ‘Arte Grammatica’, ‘Grammatica’ ou ‘Orthographia’, terá optado por usar o termo ‘Diccionario’ – isto apesar de esse gênero textual certamente ser percebido pelos seus contemporâneos como sendo uma obra metalinguística de cariz descritivo ou normativo que apresenta verbetes dentro de uma ordem específica. No entanto, se Pinto (1784, p. [V]) chega a realçar a ‘utilidade’ permanente do opúsculo como ‘dicionário’ dentro do prefácio ‘Ao leitor’, nada nos leva a crer que tenha desconhecido ou mesmo desconsiderado a habitual macroestrutura e microestrutura dos dicionários contemporâneos – o que nos leva a acreditar numa estratégia comercial para garantir o bom acolhimento num mercado livreiro em que a publicação de qualquer tipo de obra metalinguística quase garantia o sucesso editorial.

Com base nos critérios para a classificação de gramáticas monolíngues apresentados em Kemmler (2007), a ausência de qualquer descrição das partes da oração leva-nos a considerar que o *Diccionario*

¹² Estas limitam-se, de fato, à simples enunciação das obras em questão, como a referência “Brito na Chron. de Cist.” em Pinto (1784, p. 12-13, nota 11) que pode ser identificada como sendo relativa à *Primeyra parte da Chronica de Cister* (Brito, 1602) do historiador cisterciense Bernardo de Brito (1569-1617).

pueril não seja nem uma ‘gramática propriamente dita’, nem ainda uma ‘gramática híbrida’. Parece-nos, por isso, pertinente classificá-lo como ‘tratado metalinguístico’, por reunir considerações relevantes para vários ramos da descrição metalinguística do português.

Considerações finais

Por mais curioso que seja, o opúsculo intitulado *Dicionário pueril para uso dos meninos, ou dos que principiaõ o A B C, e a soletrar dições*, mandado imprimir pelo pernambucano Luís Álvares Pinto (1719-1789) em Lisboa em 1784, pertencia até agora ao grupo das obras metalinguísticas de língua portuguesa que nunca antes haviam sido objeto de descrição de um trabalho historiográfico-linguístico.

Ao longo do seu opúsculo, Pinto aborda vários aspectos interessantes para a investigação moderna, oferecendo valiosas informações acerca das suas ideias linguísticas, orientadas para o ensino das primeiras letras aos seus alunos no Recife em finais do século XVIII.

No decurso do seu texto, Pinto apresenta-se como um tratadista ferozmente normativo, mais ainda nas ocasiões em que se pronuncia sobre variações daquilo que entende como norma absoluta, defendendo a necessidade de uma norma única que se sobrepusesse à diversidade linguística existente em Portugal e no Brasil. Dentre os fenômenos discutidos pelo autor, podemos destacar, por exemplo, o caso da variação existente entre as grafias <oi> ~ <ou>, que Pinto condena veementemente. No geral, as suas observações acerca da variação são reflexo de mudanças linguísticas em curso ou já consumadas ou, por outro lado, podem ser entendidas como algo que diz respeito a alguns aspectos relacionados com a sincronia do diassistema setecentista em Portugal e no Brasil.

Apesar do seu título, o *Dicionário pueril* não corresponde àquilo que, no tempo do autor ou hoje, seria classificado como dicionário. O título parece ser uma óbvia estratégia para alcançar uma melhor aceitação no mercado livreiro, tornando-se evidente que o opúsculo do nosso autor pernambucano deverá ser classificado como ‘tratado metalinguístico’.

Referências

- Álvarez, X. A., & Saramago, J. (2012). Áreas lexicais galegas e portuguesas: um novo olhar para a proposta de Sintra. *Estudis Romànics*, 34, 55-97.
- Brito, B. (1602). *Primeyra Parte. Da chronica de Cister, onde se contam as covsas principais desta religiam com muytas Antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros mytos da Christandade*. Lisboa, PT: Por Pedro Crasbeck.
- Calepinus, A. (1718, II). *Septem linguarum Calepinus, hoc est Lexicon latinum, Variarum linguarum interpretatione adjecta. Volumen secundum*. Patavii: ex Typographia Seminarii Apud Joannem Manfrè.
- Castilho, A. T. (1972-1973). Rumos da dialetologia portuguesa. *Alfa: Revista de Linguística*, 18(19), 115-153.
- Cintra, L. F. L. (1962). Áreas lexicais no território português. *Boletim de Filologia*, 20(1-2), 273-307.
- Cintra, L. F. L. (1983). *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa, PT: Sá da Costa Editora.
- Cintra, L. F. L. (1984). *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, PT: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Costa, F. A. P. (1882). *Diccionario biographico de pernambucanos celebres*. Recife, PE: Typographia Universal.
- Dias, A. P. V. P. (2013). *A variação ou ~ oi em Portugal continental* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (DLPC). (2001). Academia das Ciências de Lisboa (2 Vols.). Lisboa, PT: Editorial Verbo.
- Diniz, J. C. (1968). Revelação de um compositor brasileiro do século XVIII. *Anuário do Instituto Interamericano de Pesquisa Musical*, 4, 82-97.
- Feijó, J. M. M. (1739). *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excelentissimo duque de Lafoens*. Coimbra, PT: Officina de Luis Seco Ferreyra.
- Figueiredo, António Pereira de (1765). *Observações sobre a lingua e orthografia latina, tiradas dos marmores, bronzes, e medalhas dos antigos cezares, principalmente desde augusto até os antoninos: por Antonio Pereira de Figueiredo*. Lisboa, PT: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Gonçalves, M. F. (1992). *Madureira Feijó: ortografista do século XVIII; para uma história da ortografia portuguesa* (Identidade Série Língua Portuguesa). Lisboa, PT: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação.
- Granda Gutiérrez, G. (1960). Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés. In A. G. Fuentes, & D. C. Mz. Pidal (Dir.), *Trabajos sobre el dominio románico leonés* (Vol. 2, p. 158-165). Madrid, ES: Editorial Gredos.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB). (s.d.). (40 Vols.). Lisboa, PT; Rio de Janeiro, RJ: Editorial Enciclopédica.
- Henriques, I. C. (2011). *Os Africanos em Portugal: história e memória séculos XV-XXI – Les africains au Portugal: Histoire et mémoire XV^e-XXI^e siècles*. Lisboa, PT: Mercado de Letras.
- Kemmler, R. (2001). Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47(48), 128-319.

- Kemmler, R. (2007). *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das luzes. Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main, DE: Domus Editoria Europaea.
- Mattos e Silva, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional; Casa da moeda.
- Mazza, J. (1944-1945). *Dicionário biográfico de músicos portugueses* (P.e J. A. Alegria, prefácio e notas, Extraído da Revista Ocidente). Lisboa, PT: Tipografia da Editorial Império.
- Neves, A. F. G. (2014). *Motetos Quaresmais de Luiz Álvares Pinto no acervo colonial pernambucano de Jaime Diniz* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Pereira, J. N. (2009). *Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de http://200.17.137.108/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=556
- Pereira, J. N., & Almeida, S. C. C. (2012). A arte e o ofício de Luís Alves Pinto: uma trajetória de cores e tons mestiços da música entre Pernambuco e Portugal (1719-1789). *Revista de História Regional*, 17(1), 112-134.
- Pinto, L. Á. (1784). *Diccionario pueril para uso dos meninos, ou dos que principiaõ o A B C, e a soletrar dicções, dedicado Ao senhor doutor Domingos da Costa Monteiro, Cavalleiro professo na Ordem de Cristo, por Luiz Alvares Pinto, Natural da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco*. Lisboa, PT: Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- Röhl, A. C. O. (2013). Os métodos de solfejo de Luís Álvares Pinto: uma análise comparada da Arte de Solfejar e Muzico e Moderno Systema para Solfejar. In *Atas do Congresso Internacional 'A música no espaço luso-brasileiro: um panorama histórico'* (p. 67-89). Recuperado de http://www.caravelas.com.pt/atas_do_congresso_internacional_a_musica_no_espaco_luso_brasileiro.pdf
- Silva, A. M. (1789, II). *Diccionario da lingua portugueza. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva* (Natural do Rio de Janeiro, Tomo 2º L=Z). Lisboa, PT: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Silva, I. F. (1860). *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil* (Vol. V, Obra reeditada em reprodução fac-similada). Lisboa, PT: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Teixeira, M. F. A. (1990). *O convento das Trinas*. Lisboa, PT: Instituto Hidrográfico.
- Velho, A. J. V. (1856). *Opusculo sobre ortografia: dividida em serões de Inverno*. Lisboa, PT: Imprensa Nacional.
- Verdelho, T. (2008). Lexicografia portuguesa: perspectiva crítica. A lexicografia galega moderna: recursos e perspectivas. *Serie Linguística*, 6, 83-114.

Received on December 19, 2015.

Accepted on May 10, 2016.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.